

# Resumo de notícias econômicas

02 de Setembro de 2021 (quinta-feira)

Ano 3 n. 166

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 02 SETEMBRO DE 2021

## Fusões e aquisições sobem 56% e batem recorde no 1º semestre

### Broadcast

O movimento de fusões e aquisições se acelerou durante a pandemia e deve permanecer intenso nos próximos meses, com impulso de negócios de diferentes portes. No primeiro semestre deste ano, foram realizadas 804 operações no País, 56% acima do mesmo período do ano passado, quando foram fechados 514 negócios. Levantamento da consultoria KPMG mostra que o volume de operações realizadas nos primeiros seis meses deste ano é um recorde, superando o segundo semestre de 2019, que registrou 688 operações.

A taxa de crescimento, por sua vez, foi a maior em pelo menos dez anos, início da série histórica disponível. “O mercado doméstico está aquecido, mesmo com a pandemia. A retomada gradativa da economia fez as empresas buscarem oportunidades para crescer. Acreditamos também que muitas operações que ficaram represadas no ano passado estão sendo concretizadas este ano”, afirma Luís Motta, sócio da KPMG e coordenador da pesquisa.

Segundo a consultoria, 36 dos 43 atividades econômicas pesquisadas realizaram alguma operação. O grande destaque ficou para as companhias de internet, com 268 operações. Em seguida, aparecem os setores de tecnologia da informação (131 operações) e instituições financeiras (92). Outros setores em destaque foram varejo (29 operações); serviço (25); imobiliário (22); telecomunicações (22); hospital e laboratório de análise clínicas (22); companhias de energia (21); e educação (20).

Para Motta, diferentes tendências explicam o maior volume de transações neste ano. Uma delas é a necessidade de as empresas inovarem com o objetivo de uma transformação digital, o que foi acelerado pela pandemia. Esse tipo de necessidade explica a presença das companhias de internet e tecnologia da informação no topo das operações realizadas.

Com relação ao tipo de transação concretizada nos primeiros seis meses do ano, 524 foram entre operações financeiras. Outras 256 foram classificadas como CB1 (estrangeiro adquirindo empresa brasileira). “Foi o melhor semestre da história tanto para as transações domésticas quanto para as transações CB1”, acrescenta Motta. O levantamento não consolida o valor e nem lista as operações realizadas. É sabido, que muitas empresas compraram no período. O Carrefour realizou a aquisição do grupo Big (ex-walmart) em acordo de R\$ 7,5 bilhões. O fundo Mubadala Capital, de Abu Dabi, adquiriu a Refinaria Landulpho Alves (Rlam), da Petrobras, por cerca de R\$ 9 bilhões.

O segundo semestre começou aquecido para fusões e aquisições no País. O Magazine Luiza anunciou em julho a compra de 100% do KABUM!, maior plataforma de e-commerce de tecnologia e games do País, por R\$ 1 bilhão, mais ações. Em agosto, a Americanas anunciou a compra das redes Hortifruti e Natural da Terra por R\$ 2,1 bilhões. O recorde de fusões no País foi registrado em 2019, com 1.231 operações. Ele considera provável que 2021 registre o novo recorde. Em 2020, foram realizados 1.117 negócios. “Provavelmente, teremos o melhor ano em fusões e aquisições”, afirma o sócio da KPMG e coordenador da pesquisa.

## **Os bons resultados da arrecadação**

### **O Estado de S. Paulo**

Excepcionalmente bons, e poderiam ter sido melhores, se não tivesse havido compensações extraordinárias. Os números exuberantes da arrecadação tributária federal em julho justificam essa avaliação. A receita com impostos e contribuições alcançou R\$ 171,270 bilhões, o mais alto para o mês desde o início da série histórica da Secretaria da Receita Federal, em 1995. O valor representa aumento real (descontada a inflação) de 35,7% sobre o resultado de um ano antes e de 23,67% sobre o de junho. Nos sete primeiros meses do ano, a arrecadação alcançou R\$ 1.053,27 bilhões, com aumento de 26,11% sobre a de igual período de 2020. É o melhor resultado acumulado de janeiro a julho desde 2000; desempenho semelhante foi observado em fevereiro, março, abril e maio deste ano.

O secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, observou que o resultado seria melhor se não tivesse havido aumento de 44,8% das compensações

tributárias nos primeiros sete meses do ano. As compensações – na maior parte devidas a decisões judiciais, como a retirada do ICMS da base de cálculo do Pis/cofins – somaram R\$ 119 bilhões no ano e R\$ 26 bilhões em julho. Tostes resume assim o desempenho da arrecadação: “Dos sete meses de 2021, cinco são recordes de arrecadação, dois são os segundos melhores. Pode-se argumentar que a base de 2020 está impactada por fatores não recorrentes do período da pandemia, mas estamos comparando com todos os anos anteriores”.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, atribui esse desempenho à evolução positiva de indicadores macroeconômicos.

As empresas, por exemplo, vêm obtendo bons resultados. É o que explica o fato de o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido serem os principais responsáveis pelo aumento da arrecadação no ano. Também a arrecadação previdenciária cresce, consequência do aumento do emprego formal detectado pelo Caged.

Embora reconheça que parte da alta se deve à inflação, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que “há crescimento econômico”.

## **Investimento empresarial em startups salta para US\$ 622 mi**

### **Broadcast**

Os investimentos empresariais em startups no Brasil, categoria conhecida como “corporate venture capital” (CVC), dispararam em 2021, mostrou estudo divulgado na segunda pela plataforma de inovação Distrito. Só até julho de 2021, o CVC movimentou cerca de US\$ 622 milhões em startups em 22 aportes, segundo o levantamento. Isso já é mais do que o triplo do que foi aportado no ano passado – US\$ 199 milhões, divididos em 27 investimentos.

O mesmo estudo da Distrito traz uma análise do setor nos últimos 20 anos, que teve 212 rodadas desse perfil, das quais 162 tiveram os volumes transacionados revelados, somando US\$ 1,3 bilhão. Cerca de 70% dos investimentos mapeados são para startups em estágios iniciais. As corporações que mais desembolsaram investimentos

empresariais são as indústrias financeira, varejista e de tecnologia, com 16, 15 e 14 operações cada, respectivamente.

As fintechs foram líderes em número de operações, com 24, movimentando US\$ 249 milhões. Mas quatro transações do setor imobiliário levantaram ainda mais, US\$ 379 milhões, incluindo aportes como o da Qualcomm no Quinto Andar, em maio passado. Outro destaque foi o setor de varejo, com US\$ 206 milhões em 17 aportes nos últimos 20 anos.

As startups surfam a onda da aceleração da digitalização de diversos negócios da economia, como serviços financeiros e comércio eletrônico, que foram turbinados pelo isolamento social exigido pela pandemia da covid-19.

O ecossistema de inovação recebeu cerca de US\$ 5,6 bilhões de fundos de investimento (conhecidos como “venture capital”) nos primeiros sete meses de 2021, de acordo com outro levantamento da Distrito. O valor deste ano supera os US\$ 3,5 bilhões levantados ao longo de 2020. O recorde tem motivo: os cheques recebidos por empresas de tecnologia estão cada vez maiores. Todas as categorias de startups viram saltar o valor médio dos aportes na comparação nos três anos entre 2018 e o primeiro semestre deste ano.

Ainda em 2021 ficaram populares as chamadas “megarrodadas” de investimentos, quando cheques acima de US\$ 100 milhões são dados a uma única startup. Em maio, o banco digital Nubank abocanhou cheque de US\$ 1,15 bilhão – Warren Buffet, tradicional investidor americano, participou da rodada. Segundo especialistas, o cenário de bonança acontece devido não só à digitalização durante a pandemia, mas também à escassez de startups para se investir (o que faz com que os cheques fiquem maiores) e à queda nos juros básicos em todo o mundo, forçando o mercado a procurar novos investimentos.

## **Com inflação e desemprego, PIB frustra expectativa**

### **O Estado de S. Paulo**

O Produto Interno Bruto do País (PIB) encolheu 0,1% no segundo trimestre do ano, na comparação com o trimestre anterior. A alta da inflação e do desemprego afetou o desempenho. O consumo das famílias estagnou. O resultado do PIB surpreendeu

analistas, que esperavam alta de 0,2%, e provocou uma onda de revisões para baixo nas projeções para 2021. Nos próximos meses, o avanço da vacinação contra a covid-19 deve ter efeitos positivos nos serviços, mas a economia poderá ser afetada pela crise hídrica, pela inflação e pela quebra de safra. Entre as más notícias que marcaram o trimestre, estão turbulência política, segunda onda da covid, estiagem e problemas de abastecimento na cadeia produtiva.

Entre as instituições que já reduziram suas estimativas para o PIB em 2021, estão Goldman Sachs (de 5,4% para 4,9%), Jpmorgan (5,5% para 5,2%), Fundação Getúlio Vargas (5,2% para 4,9%), Banco Mizuho (5,5% para 5,2%) e Banco Original (5,5% para 5,3%). Já Itaú Unibanco, XP Investimentos e Banco Inter mantiveram por ora suas projeções – de 5,7%, 5,5% e 5,3%, respectivamente –, mas atribuíram viés de baixa ao número.

Se, por um lado, o avanço da vacinação contra a covid-19 deve provocar alguma “normalização” em serviços afetados pelas restrições ao contato social, por outro a economia deverá ser afetada negativamente pela crise hídrica, inflação e quebra de safra, enumera Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do IBRE/FGV. “Quando olhamos para frente, o que vemos são crescimentos medíocres de 2%”, afirmou o ex-presidente do Banco Central e atual sócio da Tendências Consultoria Integrada, Gustavo Loyola, que espera uma alta de 4,5% no PIB neste ano, seguida de expansão de 2% a 2,2% no ano que vem.

Entre as más notícias que marcaram o segundo trimestre de 2021, estão os efeitos das turbulências políticas – que ameaçam os resultados futuros da economia –, a segunda onda da covid, estiagem e problemas na cadeia produtiva. Pelo lado da oferta, a escassez de insumos e os prejuízos na lavoura provocados por distúrbios climáticos levaram a perdas na indústria (-0,2% ante o primeiro trimestre) e na agropecuária (-2,8%). Houve melhora no setor de serviços (0,7%), mas ainda insuficiente para impulsionar o setor de volta ao nível pré-pandemia.

Sob a ótica da demanda, o setor externo contribuiu para evitar uma perda maior na economia, graças aos avanços nas exportações e queda nas importações, ao passo que o consumo das famílias, que responde por mais de 60% do PIB, ficou estagnado. A despeito da reedição do auxílio emergencial pelo governo, o poder de compra das

famílias vem sendo prejudicado pela inflação e pelo aumento dos juros, além das dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, citou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. A inflação vinha atrapalhando o desempenho do PIB brasileiro mesmo antes do segundo trimestre, afirmou Rebeca Palis. No primeiro trimestre, o consumo das famílias tinha ficado estável em relação ao trimestre anterior, com ligeira alta de 0,1%. “A inflação tem peso relevante, sobre isso não há dúvida. Não é um fator desse trimestre especificamente”, disse Rebeca.

## **A confiança do consumidor parou de crescer**

### **Broadcast**

Embora tivesse subido ininterruptamente por quatro meses, a confiança dos consumidores não chegou a alcançar um nível comparável a seus melhores resultados históricos. Em agosto, parou de subir, como mostra a Sondagem do Consumidor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (IBRE/FGV). Estava em 82,2 pontos em julho e passou a 81,8 pontos em agosto, com redução, portanto, de 0,4 ponto.

Desde o início da pandemia, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) vem mostrando oscilação. O nível mais baixo do período foi atingido em maio do ano passado, quando ficou em 62,1 pontos. A adaptação gradual das famílias e das empresas às novas condições impostas pela pandemia propiciou uma alta constante da confiança até setembro, quando o Índice alcançou 83,4 pontos, o mais alto desde a chegada da covid-19. Passou, então, a cair (com exceção de fevereiro deste ano) e chegou a 68,2 pontos em março. Teve início um novo período de alta, que, como o anterior, durou quatro meses, até julho.

“Após quatro meses em alta, a confiança dos consumidores se acomodou em patamar ainda baixo em termos históricos”, observou a coordenadora das Sondagens do IBRE/FGV, Viviane Seda Bittencourt. Um fator essencial é apontado para explicar esse desempenho: dificuldades financeiras crescentes dos consumidores de baixa renda, por causa da combinação de desemprego com inflação alta, quando a dívida das famílias aumenta.

Mas também a confiança dos consumidores de maior poder aquisitivo – que também tem oscilado, mas em níveis altos – caiu em agosto. Nesse caso, a coordenadora de Sondagens do IBRE/FGV aponta como possível causa o aumento das incertezas quanto ao quadro sanitário por causa do avanço da variante Delta da covid-19, que faz aumentar as dúvidas sobre a força e a resistência do crescimento econômico.

Dos dois componentes do Índice de Confiança do Consumidor, o Índice de Situação Atual (ISA) caiu 1,1 ponto, para 69,8 pontos, e foi o principal responsável pela queda do ICC em agosto. O item do ISA que mais piorou foi o que mede a satisfação sobre finanças familiares, que caiu 2,8 pontos. O outro componente do ICC, o Índice de Expectativas (IE), ficou praticamente estável, com alta de 0,1 ponto, para 90,9 pontos.

## **Impasse na Febraban sobre manifesto prossegue**

### **Broadcast**

O impasse entre bancos privados e públicos continua na Federação de Bancos Brasileiros (Febraban), mesmo com a tentativa de entendimento para amenizar o ruído causado pelo manifesto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). A entidade que reúne os maiores bancos do País foi signatária do texto, que pede harmonia entre os três poderes da República. Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil ameaçaram deixar a entidade, no fim de semana, caso o endosso fosse mantido. Até aqui, a Febraban decidiu seguir com o voto da maioria de seu conselho diretor e manter o apoio ao manifesto, que não traz críticas diretas ao governo, mas cobra paz em Brasília. As instituições financeiras públicas têm, por outro lado, expectativa de que o caso seja arquivado. » Adultos na sala. O presidente do Banco do Brasil, Fausto de Andrade Ribeiro, convocou a reunião na segunda-feira à noite e chamou diretamente bancos privados. Segundo interlocutores, ele teria dito que a conversa foi mantida com os dois lados menos tensos e dogmáticos do que a situação dava a entender.

Por isso, a expectativa em Brasília é que haja uma solução para o impasse nos próximos dias. Provavelmente após o feriado de 7 de Setembro, quando os apoiadores do presidente Jair Bolsonaro prometem manifestações pelo País. Entre os bancos privados, as posições divergem. Para parte dos banqueiros, é possível haver “mediações” que evitem um cenário de saída das instituições públicas da Febraban. No



entanto, se a federação cumprir sua promessa e mantiver a adesão ao documento, o desfecho deve ser o desembarque de Caixa e BB da entidade.

A Caixa foi uma das fundadoras da federação, enquanto o BB aderiu ao grupo em 1970. No governo Lula, o BB entrou na comissão de campanha salarial da Febraban, ou Fenaban, e os acordos sindicais fechados pelos bancos privados passaram a valer para os públicos.

Com isso, diminuíram as tensões em torno de salários e greves nos bancos públicos. Dessa forma, especialistas entendem que a saída das instituições públicas da federação pode causar barulho nos sindicatos de bancários. Dentro da Febraban, uma eventual saída de ambos é lamentada, mas o clima é de “vida que segue”. Ambas as instituições representam 23% do orçamento da Febraban. Procurados, Caixa, BB e Febraban não comentaram.

## **Competição entre Provedores Regionais**

### **Broadcast**

Largada. Após a corrida bem-sucedida em IPOS, os provedores regionais de banda larga começaram uma nova competição, agora para ver quem cresce mais rápido. Capitalizados, estão emplacando uma série de aquisições. A lógica da corrida é que o setor ainda tem muito a crescer.

A operadora paulista Desktop, que estreou na B3 em julho, quando levantou R\$ 715 milhões, fechou duas compras: a Starnet, que tem 20 mil clientes na região de Atibaia (SP), numa transação de R\$ 51 milhões, e a Netbarretos, de Barretos (SP), por valor não revelado.

A catarinense Unifique, que captou R\$ 818 milhões no IPO também em julho, fechou três negócios em agosto. Comprou a Zappen, de Joinville (SC), por R\$ 40 milhões, incorporando 16 mil assinantes. Também a Neofibra (Benedito Novo-sc), com 4,3 mil clientes, e a Tknet (Taquari-rs), com mais 15 mil assinantes. Os valores das transações não foram revelados.

## **Câmara aprova reforma do IR com apoio da oposição**

### **Folha de São Paulo**

A Câmara aprovou o texto-base da reforma do Imposto de Renda. O texto deixou de restringir o acesso à declaração simplificada para pessoas físicas e deu incentivos fiscais para setores específicos. Cálculos do impacto na arrecadação federal não foram divulgados. Em outra votação, o Senado rejeitou pacote trabalhista. Com apoio dos partidos de oposição, o presidente da Câmara, Arthur Lira, conseguiu ontem à noite a aprovação, por 398 votos a 77, do texto-base da reforma que altera o Imposto de Renda para pessoas físicas, empresas e investimentos. Para conseguir o aval dos deputados, o texto foi modificado para deixar de fora a restrição do acesso à declaração simplificada. O parecer amplia incentivos fiscais para setores específicos.

Depois de três tentativas frustradas, Lira usou o rolo compressor e surpreendeu na hora da votação, patrocinando o acordo com os partidos da oposição, capitaneados pelo PT, mas com apoio até mesmo do PSOL. Novas concessões foram feitas, com redução da arrecadação federal, sem que os cálculos tivessem sido apresentados pela equipe econômica.

O discurso acordado para a votação foi o de que não se tratava mais de um projeto do governo ou do ministro da Economia, Paulo Guedes, mas da Câmara. Os deputados ainda vão analisar hoje 26 sugestões de alteração do texto-base, chamadas de destaques. Depois, a reforma segue para o Senado.

Para conseguir o apoio dos partidos de oposição, o relator do projeto, deputado Celso Sabino, propôs retirar a restrição ao uso do desconto simplificado na tabela do IR da pessoa física. Os contribuintes que optam pela simplificada podem abater 20% do imposto sobre a soma dos rendimentos tributados. No projeto inicial, enviado pelo governo, só os contribuintes com renda anual de R\$ 40 mil poderiam aderir à modalidade. Com o acordo, esse limite caiu. Além disso, o desconto máximo na declaração do IR (que hoje é de R\$ 16.753,34) caiu para R\$ 10.563,60 pelo texto-base aprovado pelos deputados. O governo queria uma redução maior, para R\$ 8 mil.

Outra alteração foi a ampliação da faixa de isenção da tabela do IR, que passa a ser para todos os contribuintes que ganham até R\$ 2,5 mil (hoje, esse limite é de R\$ 1,9 mil). Os valores das demais faixas também serão reajustados, em menor proporção.

Segundo o governo, a atualização vai isentar 5,6 milhões de novos contribuintes. Com isso, os isentos passariam dos atuais 10,7 milhões para 16,3 milhões. Os demais trabalhadores terão um desconto menor.

O relator fez mudanças na redução da alíquota do IR de empresas. Ele apresentou cinco versões do parecer. A última, protocolada ontem, prevê uma redução de 15% para 8% da alíquotabase do IR. A alíquota adicional fica mantida em 10%. Dessa forma, a alíquota do IPRJ cairá dos atuais 25% para 18%. O texto aprovado prevê uma redução adicional da carga tributária das empresas por meio da diminuição das alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em até um ponto percentual. Mas essa queda está condicionada à revogação de benefícios fiscais do PIS/PASEP e da Cofins destinados a setores específicos.

Sem dar detalhes, Sabino informou que manteve a taxação sobre a distribuição de lucros e dividendos como estava no seu parecer, em 20%. Atualmente, não é cobrado imposto sobre esse tipo de remuneração a acionistas. Ficam isentos da cobrança os lucros e dividendos distribuídos por empresas que estão no Simples Nacional e por empresas optantes do regime de lucro presumido que faturam até R\$ 4,8 milhões.

## **Senadores derrubam ‘pacotão trabalhista’**

### **O Estado de S. Paulo**

O Senado impôs ontem uma derrota ao governo ao rejeitar, por 47 votos a 27, o pacotão de medidas trabalhistas que era a aposta da equipe econômica para impulsionar a geração de empregos. A medida foi alvo de críticas contundentes dos senadores não só pelo pouco tempo para discussão das ações, mas pela avaliação de que haveria uma fragilização das relações trabalhistas a partir da possibilidade de contratação sem carteira assinada. Lideranças do MDB e do PSD, os dois maiores partidos do Senado, defenderam a derrubada do texto.

Ao perceber o clima desfavorável e a derrota iminente, o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), tentou articular uma mudança de última hora no relatório, excluindo do texto um dos programas propostos pelo governo, o Requip, que concederia bolsas de qualificação para os profissionais mais jovens ou aqueles que estão há muito tempo fora do mercado de trabalho. A votação da proposta, no entanto, já

havia sido iniciada, e a maioria dos senadores se posicionou contra qualquer alteração. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), explicou que a iniciativa violava o regimento interno da Casa e só poderia ser aceita se houvesse apoio de todos os senadores.

Pacheco destacou que a rejeição dos senadores à medida provisória não estava relacionada ao Requip ou a qualquer mudança no texto, mas sim ao fato de que não havia confiança de que a Câmara manteria o parecer aprovado pelos senadores – já que, nas últimas votações de MPS, os deputados têm ignorado as mudanças propostas pelo Senado e retomado os pareceres aprovados previamente na Casa. “Seria inócua (a alteração)”, afirmou.

Horas antes da rejeição no Senado, Guedes disse a empresários que os programas ajudariam a gerar 2 milhões de novas vagas. Na semana passada, o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni, chegou a dizer que seriam 3 milhões de empregos.

Com 24 artigos, o texto original da MP restabelecia o programa que permitiu a redução de jornada e salário ou a suspensão de contratos na pandemia. Na Câmara, porém, a proposta foi ampliada para 95 artigos, e ganhou a previsão de três novos programas de geração de empregos, além de mudanças em dispositivos da CLT – classificadas de “jabutis” (matérias estranhas ao texto original), prevendo alterações em horas extras de categorias profissionais como professores, advogados e jornalistas, ampliação da carga horária de mineiros e mudanças na assistência judiciária gratuita a trabalhadores.

Na tentativa de evitar a rejeição total do texto, o relator no Senado, Confúcio Moura (MDB-RO), propôs excluir os dispositivos que alteravam a CLT, atendendo a pedidos de senadores. No entanto, ele queria manter a criação dos novos programas de emprego, defendendo as medidas como iniciativa para ampliar a empregabilidade de jovens.

O texto previa três programas: o Priore, que desoneraria a contratação de jovens de 18 a 29 anos e pessoas com mais de 55 anos; o Requip, com bolsas de qualificação para os profissionais mais jovens ou aqueles que estão há muito tempo fora do mercado

de trabalho; e o serviço social voluntário, pelo qual prefeituras teriam flexibilidade para absorver mão de obra jovem ou com mais de 50 anos.

## **Fim de regra pode inviabilizar privatização dos Correios**

### **Broadcast**

Após rejeitar medida provisória do “pacotão trabalhista”, o Senado impôs a segunda derrota do dia ao governo e revogou uma proposta que desmonta as regras que estabeleceram limites para os gastos de estatais com planos de saúde. A proposta pode inviabilizar a privatização dos Correios, uma das prioridades da agenda do governo Jair Bolsonaro. O texto, já aprovado pela Câmara, foi aprovado pelos senadores em votação simbólica e segue para promulgação – ou seja, não pode ser vetado pelo presidente. Será transformado em lei.

Na prática, o projeto revoga uma regra criada no governo do ex-presidente Michel Temer e que foi fundamental para reverter uma trajetória de prejuízos bilionários dos próprios Correios, quando a empresa caminhava para se tornar uma estatal dependente – ou seja, que precisa de recursos do Orçamento para bancar salários e despesas correntes.

O texto derruba a validade da resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), editada em janeiro de 2018. Antes da edição da resolução, era comum que estatais bancassem mais de 90% dos custos, sem qualquer coparticipação – hoje, o limite é de 50%. Várias empresas aceitavam que os funcionários incluíssem como dependentes pais, mães e filhos sem qualquer limite de idade. A inclusão dos dependentes foi limitada a cônjuges e filhos com até 24 anos – desde que cursando ensino superior.

O avanço da proposta, apresentada em 2018, chamou a atenção da equipe econômica ainda na Câmara, onde foi aprovada em julho. De autoria da deputada da oposição Erika Kokay (PT-DF) e relatado por Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), integrante da bancada evangélica, o texto teve 365 votos favoráveis e somente 39 contrários, um apoio tão expressivo que seria suficiente inclusive para aprovação de uma emenda à Constituição. Para a equipe econômica, a revogação da resolução pode inviabilizar a

privatização dos Correios – prevista para ser realizada entre março e abril de 2022. A estimativa é de que sua derrubada permitirá o retorno da regra anterior e trará um custo de R\$ 3,2 bilhões no balanço da empresa, cujo valor de mercado foi estimado em R\$ 950 milhões nos estudos para privatização. Até 2016, o patrimônio líquido era negativo e, em 2019, foi estimado em R\$ 100 milhões.

## **Itaú usa ‘tag’ de pedágio para veículos como estratégia para reter clientes**

### **O Estado de S. Paulo**

Na guerra cada dia mais acirrada para manter e conquistar clientes, o Itaú Unibanco está adotando mais uma arma. Em parceria com a Conectcar, empresa da qual detém metade do capital, o banco anunciou o lançamento da Tag Itaú. O adesivo, que permite passagem automática por todos os pedágios e mais de mil estacionamentos do País, será oferecido sem mensalidade a seus cerca de 60 milhões de clientes – e para quem quiser vir a ter relacionamento com o banco. A oferta vai começar pelos clientes de cartão de crédito da instituição e, até o fim do ano, estará disponível a todos, inclusive os da operação digital Iti. A isenção em serviços do gênero, para parte ou a totalidade dos clientes, vinha sendo uma estratégia usada pelo Itaú, e por alguns de seus concorrentes, como o Bradesco, o C6 Bank e o Inter, que trabalham ao lado de outros parceiros de tecnologia, como a Veloe e a Greenpass.

Para o sócio-diretor da área industrial da consultoria Roland Berger Brasil, Marcus Ayres, trata-se de uma área que o setor financeiro deverá disputar com cada vez mais afinco, uma vez que pedágios e estacionamentos são apenas a “ponta do iceberg” em relação ao que é possível cobrar por meio de uma tag. Ayres lembra que a Sem Parar, líder do segmento, já firmou até parcerias com o Mcdonald’s para uso de seu serviço em drive-thru.

Para o Itaú, é uma mudança na forma de encarar o próprio serviço Conectcar, que passa a ser menos independente e mais uma ferramenta para agradar ao cliente do banco. “É uma forma diferente de encarar esse investimento que fizemos há anos na

Conectcar”, admitiu ontem o diretor e membro do comitê executivo do Itaú Unibanco Alexandre Zancani.

Agora, em vez de trazer faturamento com a venda dos adesivos magnéticos que permitem o pagamento automático de pedágios e de estacionamentos, o Tag Itaú vai contribuir com a retenção de clientes e com a geração de mais engajamento. “É uma mudança no modelo de negócios para o Itaú”, afirmou Zancani, que espera ver o banco passar a ganhar “com a maior vinculação e venda de outros produtos”.

Com isso, a maior parte da remuneração do serviço de “tag” passará a vir do banco, e não mais dos clientes finais. “A Conectcar passa a ter custo de aquisição de clientes praticamente zerado, e é remunerado pelo Itaú”, disse o presidente da empresa, Felix Cardamone.

Segundo ele, os investimentos que capacitavam a companhia a ganhar escala já foram feitos, e o novo modelo, que vai expandir sua base exponencialmente, só acelerará o retorno. Segundo Ayres, da Roland Berger, à medida que o serviço de tags de pagamento se popularizou, a “barreira de entrada” de novos concorrentes no setor diminuiu.

Desta forma, hoje há desde serviços que têm os pedágios e estacionamentos como negócio central (como a Sem Parar), empresas que têm bancos como sócios (caso da Veloe e da Conectcar) e startups prontas para oferecer toda a operação tecnológica da oferta para terceiros (Greenpass). A Conect Car seguirá oferecendo seus pacotes de serviços àqueles que não têm relacionamento com o Itaú Unibanco, mas, antes de rever seu modelo de negócios com o sócio e lançar a Tag Itaú, fez um rearranjo societário. No lugar do grupo Ultra, que detinha a outra metade do capital, entrou a Porto Seguro.

A operação ainda aguarda a aprovação de autoridades e, segundo Cardamone, uma vez aprovada a substituição no capital, espera-se que a Porto, que é líder no segmento de seguro auto, lance também facilidades para seus clientes com a tag.

## **Voltamos ao nível pré-pandemia no segundo trimestre’**

### **Folha de São Paulo**

Com o avanço da vacinação contra a covid no Brasil, o Airbnb já vê a luz no fim do túnel. A plataforma de aluguel de casas e apartamentos de curta temporada registrou

uma retomada de estadias no País no segundo trimestre deste ano, superando o nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Ex-google e ex-facebook, Leonardo Tristão, diretor do Airbnb para América Latina, destaca que as limitações geradas pela pandemia provaram o sucesso do Airbnb, que abriu capital na Bolsa americana. “Ficou clara a flexibilidade do nosso modelo de negócio”.

Ele falou do momento da empresa, as perspectivas para o futuro e as medidas tomadas para conter a aglomeração de pessoas. Confira.

- **Como está a retomada do Airbnb no Brasil?**

Voltamos ao nível pré-pandemia no segundo trimestre deste ano. Depois de quase 15 meses com as pessoas vivendo uma vida impactada pela covid, as pessoas sentem que é hora de fazer viagens com o progresso da vacinação. Elas querem fazer uma reconexão com lugares, amigos, com uma rotina um pouco mais livre, menos restritiva. Vimos nesse período que o Airbnb foi parte da solução. Já observamos isso nas férias de julho, nos feriados do segundo semestre e veremos agora, a partir dos anúncios de que haverá festas de Ano-Novo e carnaval.

- **Houve impacto da segunda onda de covid antes da retomada?**

Não vou negar o impacto, mas a flexibilidade do modelo de negócio em dar opções às pessoas para procurarem destinos remotos, com menos densidade urbana. Durante a segunda onda, 20% das reservas foram para estadias mais longas, acima de 28 dias, algo associado ao trabalho remoto ou híbrido. Existe essa mudança de comportamento profissional e pessoal.

- **Nos EUA, o Airbnb lançou uma ferramenta “contra festeiros” para impedir que pessoas usassem as estadias para aglomerações. Por que essa solução não veio para o Brasil?**

Durante a pandemia, sempre olhamos com bastante atenção toda essa questão de isolamento social. Em 2020, a primeira decisão do Airbnb foi facilitar o cancelamento de viagens pelos hóspedes. Em alguns mercados, como nos EUA, houve questões com relação a festas. Aqui no Brasil, limitamos para 16 o número de hóspedes em uma única estadia. Existe protocolo de limpeza com os anfitriões. Isso ajudou a conter o espalhamento do vírus durante a pandemia.

- **16 pessoas parece ser um número alto. Como ele foi definido?**



Foi um número arbitrário que definimos globalmente porque sabemos que há casas gigantescas, que são aquelas que comportam festas. O número de 16 pareceu mais apropriado.

- **O que o Airbnb fez para que anfitriões evitassem superlotações?**

Independentemente da pandemia, o anfitrião define as regras da casa, que são a base do relacionamento do aluguel por temporada, pela qual qualquer divergência entre hóspede e anfitrião é resolvida pelo Airbnb. Durante a pandemia, arbitramos o número de 16, mesmo que o anfitrião definisse que o número de hóspedes fosse acima disso. Mas muitos deles limitaram a hospedagem ainda mais.

- **O Airbnb sentiu algum impacto após decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) que permite a proibição de locações de curto prazo em condomínios?**

O STJ não proibiu a atividade do Airbnb. O Tribunal deu ganho de causa a um caso específico do Rio Grande do Sul, onde uma anfitriã transformou o apartamento dela em um hostel, descaracterizando o modelo do Airbnb. Nesse caso, o STJ deu ganho de causa ao condomínio. E nós, na época do julgamento, falamos que realmente aquilo é uma descaracterização do modelo de negócio e propósito do Airbnb.

- **Qual é a perspectiva para 2022, supondo que a pandemia acabe?**

O ano de 2022 ainda é um cenário que observamos a partir da vacinação. Durante a pandemia, o modelo de negócio do Airbnb sobressaiu. As pessoas utilizaram bastante nosso serviço para fazer o isolamento social. É uma mudança positiva, porque tivemos muitos usuários novos experimentando a plataforma. E houve um crescimento orgânico dos dois lados, tanto de hóspedes quanto de anfitriões. O Brasil é um cenário bastante interessante, porque a gente vê cada vez mais o Airbnb saindo daquela denominação de acomodação alternativa para ser apenas acomodação. A perspectiva para 2022 é bem positiva.

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.*

**Assessoria de Comunicação – Sedet**

**Fone: (85) 3444.2900**

**[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)**

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

Atualizado no dia 26.08.2021

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE. Atualizado em 17/06/2021.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUL)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.406,49
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.742,31
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-335,82

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,21
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	91,18

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até junho) (base: igual mês ano anterior) (%) – CEARÁ				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,0	2,1	-22,0	26,8
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,2	-2,3	-13,4	5,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,5	-1,1	-16,3	4,9
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	4,2	2,9	-15,8	18,3
INFLAÇÃO (Acumulado até julho)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA - BRASIL	2,83	2,54	0,90	5,81
IPCA - FORTALEZA	1,79	3,50	1,84	7,21
INPC - BRASIL	2,83	2,55	0,80	5,01
INPC - FORTALEZA	1,96	3,31	1,73	6,20
IGP-M	5,94	4,79	6,71	15,98

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4

População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)	1.525	1.685	1.656	1.766
---------------------------------------------------------------------------------	-------	-------	-------	-------

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até julho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.809	1.569.938
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.355	8.930.303
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.630.932	49.479.236

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

\* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

\*\* O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

Saldo de Empregos Gerados - Acumulado - 2020 - CEARÁ						
	2020			2021		
	Admissões	Desligamentos	Saldo	Admissões	Desligamentos	Saldo
JAN	36.806	34.391	2.415	41.170	33.710	7.460
JAN-FEV	74.862	65.408	9.454	85.446	66.708	18.738
JAN-MAR	108.795	106.877	1.918	120.804	104.395	16.409
JAN-ABR	121.809	155.609	-33.800	151.363	131.936	19.427
JAN-MAI	136.612	181.915	-45.303	183.072	159.599	23.473
JAN-JUN	156.057	204.187	-48.130	221.170	188.461	32.709
JAN-JUL	184.009	226.332	-42.323	264.242	218.113	46.129
JAN-AGO	218.898	249.959	-31.061			
JAN-SET	256.917	275.933	-19.016			
JAN-OUT	300.873	304.085	-3.212			
JAN-NOV	341.536	329.998	11.538			
JAN-DEZ	372.208	358.217	13.991			

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (ACUMULADO DE JAN – JUL)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	41.167	49.078	47.641	66.099
Fechamento	60.103	18.328	15.794	21.012
Total	-18.936	30.750	31.847	45.087

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (ACUMULADO DE JAN-JUL)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	9.996.015	8.914.954	9.215.552	11.659.544

Fonte: CIPP

CONSUMO (MWM) DE ENERGIA (ACUMULADO DE JAN-MAR)			
	2019	2020	2021
Ceará	2.931.400	2.789.513	3.001.983

Fonte: ENEL Ceará/Departamento de Faturamento.